



Índice

- 01** [Índios punem guerrilheiros com chicotadas e dividem Colômbia](#)
- 02** [Deputados discutem abandono das casas de Saúde dos Índios](#)
- 03** [MPF recomenda mudanças para reduzir índice de mortalidade entre indígenas em Mato Grosso](#)
- 04** [Índios protestam pedindo soltura de cacique](#)
- 05** [Mais um conflito entre índios termina em morte no Rio Grande do Sul](#)
- 06** ["Diário Catarinense" rebate críticas de entidade indígena contra série indicada ao Prêmio Esso](#)
- 07** [Advogado critica exclusão de índios em debate sobre biodiversidade](#)
- 08** [Ensino das culturas afro e indígenas é tema de reunião do Conepir](#)
- 09** [Governo Médici proíbe a divulgação de notícias sobre índios, movimento negro e discriminação racial](#)
- 10** [Índios recebem apoio da Prefeitura de Rondonópolis para ampliar plantio de mandioca](#)
- 11** [Indígenas e especialistas denunciam atendimento precário nas Casas de Saúde do Índio](#)
- 12** [Classificação de línguas indígenas é tema de palestra no Goeldi](#)
- 13** [Em protesto, cerca de 150 indígenas ocupam Polo Base em Santa Rosa do Purus](#)



- 14 Indígenas foram à Câmara reclamar
- 15 Participação dos índios potiguaros na luta contra os holandeses
- 16 Indígenas e especialistas denunciam atendimento precário nas Casas de Saúde do Índio
- 17 Família de quadrigêmeas indígenas ganha casa em Anastácio
- 18 Comunidades manifestam repúdio à PL sobre uso de conhecimentos tradicionais e recursos genéticos
- 19 ESCRAVIDÃO INDÍGENA NO BRASIL
- 20 Quilombolas mineiros aprovam limites territoriais em Minas Gerais
- 21 5º Encontro na AL pela defesa dos territórios articula frente contra o modelo corporativo de extração mineral
- 22 Depois da Copa e Olimpíadas, Brasil irá sediar os Jogos Mundiais Indígenas
- 23 Após 14 dias presos, Cacique Suruí aguarda decisão de recursos
- 24 Professor Kaingang é covardemente assassinado
- 25 Feira do Caxias Shopping ganha bancadas feitas por índios
- 26 INDIOS MUNDURUCU COBRAM MELHORIAS PARA ESTRADA DO BIS
- 27 Índios ganham cisternas, mas não têm produção
- 28 MPF/MS vai investigar violência contra indígenas em Iguatemi
- 29 O dia da Consciência Negra no município de Anchieta dias 20 a 22
- 30 Produtores de Chapada temem perder área produtiva para quilombolas

Índios punem guerrilheiros com chicotadas e dividem Colômbia

SÍTIO BBC BRASIL, 11.11.2014



Suspeitos da morte dois guardas indígenas, guerrilheiros das Farc
vão à julgamento num tribunal indígena na Colômbia

O auditório tem capacidade para mil pessoas, mas parecia conter muito mais gente. E no voto direto, levantando as mãos, todas essas pessoas tomavam decisões sobre a sentença a ser aplicada aos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) acusados de matar dois guardas indígenas da tribo nasa na região de Cauca, no sudoeste do país, na semana passada.

A primeira decisão foi a de sentenciar a 60 anos de prisão Carlos Silva Yatacué, suspeito de liderar o assassinato dos dois guardas, atingidos quando tentavam remover um pôster das Farc celebrando o terceiro aniversário da morte de seu ex-comandante, Alfonso Cano.

Outros quatro suspeitos - Arcenio Vitonas, Robert Pequi, Emilio Ilyo e Freiman Dagua - receberam penas de 40 anos por atirar nos guardas. Já os dois últimos acusados, dois menores de 14 e 17 anos de idade, foram sentenciados a 20 chibatadas. Um punição ministrada ali mesmo, diante das câmeras.

Os menores também foram enviados a um centro de reabilitação, administrado pelos indígenas, e avisados de que receberão novas sentenças quando atingirem a maioridade. Já os suspeitos maiores de idade cumprirão pena numa prisão comum, mas estarão sob tutela da Guarda Indígena da Associação dos Povos Indígenas na região de Cauca.

O julgamento teve uma surpreendente aceitação por parte da população colombiana, que normalmente adota um posicionamento bastante crítico em relação à justiça indígena. Desde 1991, os povos indígenas têm ampla jurisdição sobre o que ocorre em seus territórios, direito garantido pela Constituição promulgada naquele ano.

CONT.

"Nunca imaginei que a justiça indígena me deixaria tão admirada", escreveu no Twitter a ex-candidata presidencial do Partido Conservador, Marta Lucía Ramirez.

Justiça polêmica

O ex-diretor de Comunicações do governo colombiano, Juan Felipe Muñoz, foi além: "Foi graças aos indígenas que os colombianos voltaram a acreditar em justiça". Opiniões semelhantes foram veiculadas por cidadãos comuns e representantes de todo os setores políticos colombianos. Mas não foi sempre assim.



Membros da comunidade indígena montam guarda no julgamento do último domingo: procedimento teve raro impacto positivo na sociedade colombiana

O fato de as comunidades indígenas julgarem e punirem crimes diversos - que também têm punições previstas pela legislação ordinária do país - de acordo com seus próprios valores e costumes crimes, causam polêmica na Colômbia. O mesmo se pode dizer do uso de castigos corporais, como as chibatadas. Este "poder paralelo" indígena tampouco agrada algumas partes do establishment colombiano. Especialmente no que diz respeito ao posicionamento diante das Farc.

Em julho de 2012, por exemplo, a decisão de punir com chibatadas um grupo de guerrilheiros capturados na mesma região de semana passada rendeu críticas aos índios, que na mesma época tinham expulso soldados de sua terras.

Dentro da lei

A direita colombiana acusou os indígenas de simpatizar com as Farc. No entanto, os nasa sempre se declararam neutros e exigiram a saída de grupos armados de seu território, sob a alegação de não querer ficar no fogo cruzado. Sua visão de justiça está mais voltada para a reabilitação do que a punição. Por isso, preferem os castigos corporais ao encarceramento. E as chicotadas muitas vezes são combinadas com poções para ajudar na reabilitação.

Trabalhos comunitários também são outra medida de reabilitação utilizada. No pior dos casos, a pena é a expulsão, algo que para os índios é um castigo inimaginável. A única ressalva feita na Constituição de 1991 sobre o "poder paralelo indígena" é que ele não pode prevalecer sobre a lei colombiana.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

O julgamento de domingo se encaixou perfeitamente na exigência: os acusados eram todos indígenas (da tribo nasa) e seus delitos foram cometidos em território indígenas. Os territórios também contam com instituições tradicionais e claramente estabelecidas para exercer a autoridade, a mesma que os guardas tentavam exercer quando foram assassinados.

Sendo assim, a autoridade indígena parece estar sendo respeitada por ambos os lados do conflito na Colômbia: as Farc, além de lamentar a morte dos guardas, desautorizaram um comunicado emitido em seu nome e que ameaçava transformar os indígenas em "alvos militares". Mas o julgamento de domingo também expõe os problemas vividos pelos povos indígenas colombianos. Principalmente a cooptação de jovens pelas Farc por falta de oportunidades



Deputados discutem abandono das casas de Saúde dos Índios

SÍTIO EBC, 11.11.2014

Há índios de diferentes etnias e regiões, inclusive crianças, que mesmo doentes preferem permanecer em suas aldeias a buscar atendimento médico em uma das 66 casas de Saúde do Índio (Casai) em funcionamento no país. O alerta foi feito nesta terça-feira (11), pela subprocuradora da República do Ministério Público Federal (MPF), Deborah Macedo Duprat, em audiência pública na Câmara dos Deputados, e sua crítica foi reiterada por outros participantes da audiência, organizada pela Comissão de Legislação Participativa.

Segundo a subprocuradora, vários problemas que afetam o Subsistema de Saúde Indígena, do Sistema Único de Saúde (SUS), acabam por afetar o serviço prestado na maior parte das Casais. Um dos problemas específicos das Casais, na avaliação de Deborah, é a falta de profissionais aptos a lidar adequadamente com as diferenças culturais e a preparar os pacientes e seus acompanhantes a se readaptarem no retorno a suas aldeias, após longo período fora, para tratamento médico.

“Muitas vezes há dificuldade para permanecer fora das aldeias pelo tempo que alguns tratamentos exigem. Outras vezes, o difícil é se readaptar após tanto tempo longe”, disse Débora Duprat à Agência Brasil. Para amenizar esse problema, ela e outros participantes da audiência defenderam que antropólogos sejam contratados para as Casais. “Principalmente os pacientes vindos de povos com pouco contato com a cidade vivem um drama quando se encontram em ambiente que não conhecem, sem saber a extensão de suas doenças e do tratamento. Isso precisa ser traduzido para eles, e um antropólogo ajudaria nisso”, ressaltou.

Apesar dos esforços, nos últimos anos, para melhorar o atendimento, Débora destaca que o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi) ainda apresenta muitos e graves problemas, como uma “estrutura física bastante precária”. A subprocuradora mencionou que o auxílio oferecido por postos de saúde e polos-base ainda é insuficiente, e adianta que, por falta de conhecimento a respeito das doenças mais frequentes em cada localidade, há denúncias de que medicamentos se perdem por não serem usados no prazo de validade.

“Além disso, o foco maior está na medicação e no tratamento da doença, e não na prevenção. O atendimento não chega, por exemplo, às comunidades que vivem em acampamentos ou ocupações, por não terem tido seu direito territorial reconhecido. Nem mesmo a alguns grupos que vivem em grandes cidades”, disse Deborah.

As Casais de todo o país estão subordinadas à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde. Criada em outubro de 2010, a secretaria é responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, e todo o processo de gestão do Sasi, no âmbito do SUS. Há poucos meses, o governo federal tornou pública a intenção de criar

CONT.



um novo órgão, o Instituto Nacional de Saúde Indígena, que assumiria parte das atuais atribuições da Sesai e seria regido pelo direito privado – o que, segundo o governo, agilizará procedimentos administrativos, como licitações e contratações. A proposta dividiu as opiniões entre indígenas e indigenistas.

Apesar de apontar as deficiências e os problemas do subsistema e, consequentemente, do funcionamento das Casais, a subprocuradora se manifestou contrária à criação de um novo órgão – iniciativa que, segundo ela, o MPF classifica como inconstitucional. “Há muitos problemas, mas a verdade é que o subsistema ainda não foi testado em toda sua potencialidade. Por isso, o MPF se coloca veemente[mente] contra a criação do instituto”, enfatizou.

Uma das autoras do requerimento de audiência, a deputada Erika Kokay (PT-DF), também revelou enxergar a proposta de criação do instituto com desconfiança, “porque significa que uma instituição de direito privado passará a se responsabilizar pelo atendimento à saúde indígena. Acho que essa é uma discussão que tem de ser bastante maturada, e exige consenso, sem o qual agrediremos os povos indígenas”.

Para a deputada, os parlamentares podem contribuir com o aprimoramento do Subsistema de Saúde Indígena, destinando emendas com recursos para o setor. Sobretudo para iniciativas que permitam às Casais desenvolverem projetos de manutenção das manifestações culturais e dos vínculos étnicos dos usuários. A deputada também defendeu a contratação de antropólogos para as Casais.

A secretária especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Danielle Soares Cavalcante, reconheceu os problemas, mas destacou os avanços pós-criação da Sesai. A secretária garantiu não ser intenção do ministério “privatizar” o atendimento à saúde indígena. Líder macuxi, de Roraima, e usuário da Casai do Distrito Federal, Evaldo Almeida da Silva, defendeu a Sesai, alegando que, desde a sua criação, há quatro anos, “houve, sim, avanços em relação à saúde indígena”.

Segundo dados da Sesai, os índios são hoje cerca de 818 mil indivíduos, distribuídos por 305 povos, em 688 terras indígenas (60,4% delas regularizadas). A maior parte dessa população (46,9%) se concentra na Região Norte. As doenças mais comuns entre a população indígena são as relacionadas ao aparelho respiratório (como pneumonia), infecciosas e parasitárias, tuberculose, malária (sobretudo na Amazônia Legal), doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais, hipertensão arterial e diabetes. Também preocupam o número crescente de suicídios e o uso abusivo de álcool e outras drogas, bem como a existência de focos de oncocercose entre índios yanomamis, na fronteira com a Venezuela.

Editor Stênio Ribeiro



MPF recomenda mudanças para reduzir índice de mortalidade entre indígenas em Mato Grosso

SÍTIO EXPRESSO MT, 11.11.2014

Recomendação para que antropólogos façam parte das equipes de atendimento aos indígenas foi enviada ao secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, e para os coordenadores dos DSEIs Xavante e Xingu

A atuação dos profissionais e gestores da área de saúde deve ser orientada por antropólogos. Este é o entendimento do Ministério Público Federal para adequar os serviços de saúde prestados aos indígenas atendidos pelos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Xavante e Xingu, em Mato Grosso, e para fazer cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para aos povos indígenas no Brasil.

Para que a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas seja efetivamente cumprida, o Ministério Público Federal em Barra do Garças encaminhou uma recomendação ao secretário especial de saúde indígena, Antônio Alves, e aos coordenadores dos Distritos Sanitários de Saúde Xavante, Cláudio Rodrigues; e Xingu, Eric Daniel Cantuária, para que contratem antropólogos habilitados a orientar a atuação dos gestores e profissionais de saúde.

Segundo o procurador da República Wilson Rocha Assis, a compreensão dos modos de vida dos povos indígenas é essencial ao atendimento das comunidades, devendo nortear os gestores responsáveis pela definição das rotinas adequadas às especificidades socioculturais dos povos, garantindo um atendimento digno e em conformidade com os diplomas normativos nacionais e internacionais que garantem atendimento diferenciado à saúde dos povos indígenas.

O atendimento de saúde que considere as especificidades de cada comunidade está previsto na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002, do Ministério da Saúde) e no subsistema de saúde indígena. Essas duas normativas nacionais possuem diretrizes para a adequação dos recursos humanos empregados nos serviços de saúde para uma atuação em contextos interculturais, bem como a promoção de ações específicas em situações especiais.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas prevê, também, que os Distritos de Saúde Indígena devem contar com a participação sistemática de um antropólogo no seu quadro funcional.

Mortes - Uma das situações mais preocupantes em se tratando dos povos indígenas que habitam a porção leste de Mato Grosso é a mortalidade infantil. De acordo com informações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, de janeiro de 2013 a março de 2014

CONT.



foram registradas 31 mortes de crianças indígenas com idade inferior a dois anos, na região do Médio Araguaia, no leste de Mato Grosso, na divisa com Tocantins e Goiás.

Para compreender as causas da alta taxa de mortalidade na região, a Secretaria Especial de Saúde Indígena já considerou a necessidade de realizar uma investigação antropológica aprofundada das questões culturais relativas à nutrição indígena.

A participação das comunidades indígenas na definição de políticas para os serviços prestados a elas também está previsto na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Em seu artigo 25, inciso 2, a Convenção prevê que os serviços de saúde deverão ser planejados e administrados em cooperação com os povos interessados e levar em conta as suas condições econômicas, geográficas, sociais e culturais, bem como os seus métodos de prevenção, práticas curativas e medicamentos tradicionais.

Mas o que se vê na realidade são serviços de saúde prestados que não levam em consideração as particularidades do modo de viver indígena. O estudioso Cláudio Fortes Garcia Lorenzo, em artigo publicado na Revista Bioética* afirma que "Não é raro encontrar no âmbito local das práticas dos gestores e profissionais responsáveis pela assistência à saúde indígena o desconhecimento completo da matriz cultural diferenciada que sustenta os sistemas médicos indígenas e justifica suas práticas".

Índios protestam pedindo soltura de cacique
SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 11.11.2014



O cacique é acusado de cometer crimes durante protestos realizados pelos indígenas (foto) cobrando melhorias para a comunidade. (Foto: Reprodução)

Lideranças indígenas de diversas etnias protestaram na manhã desta terça-feira (11) em frente a sede da Funai de Marabá, no sudeste paraense, em um ato exigindo que a entidade se manifeste de forma contundente em relação à soltura do cacique Elton John Suruí, de 28, preso no final de outubro, acusado de diversos crimes.

Segundo processo da Polícia Federal, o cacique é acusado de praticar cárcere privado, furto e dano ao patrimônio público, entre outros crimes, durante protestos ocorridos no ano passado, em que os indígenas ocuparam as pistas das rodovias BR-222 e BR153, bem como o prédio da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) de Marabá pedindo melhorias para diversas comunidades.

Ele foi preso preventivamente, medida considerada excessiva pelos indígenas e pela defensoria pública, considerando que o acusado tem endereço fixo, estuda e trabalha. A Funai chegou a peticionar a revogação da prisão, mas o processo foi negado. A instituição então entrou com um Habeas Corpus, mas ainda não obteve resposta.

Caso o pedido seja novamente negado, os índios pedem que a revogação da prisão preventiva vá para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), e posteriormente ao Supremo Tribunal Federal.

Até lá, Elton Suruí segue preso em numa prisão de segurança máxima em Santa Izabel do Pará.

(DOL com informações de Edinaldo Sousa/Diário do Pará)



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

Mais um conflito entre índios termina em morte no Rio Grande do Sul

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 11.11.2014

O índio kaingang Davi Limeira de Oliveira, de 22 anos, morreu na madrugada de hoje em Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul. Oliveira estava em uma festa quando por volta de 1h da manhã se envolveu em briga generalizada e foi esfaqueado vindo a falecer em seguida. O entrevero de Vicente Dutra é segundo entre índios kaingang no Rio Grande do Sul. No final de semana dois grupos rivais de índios kaingang se enfrentaram com facões durante uma partida de futebol em Mato Castelhana.

[Veja aqui.](#)



"Diário Catarinense" rebate críticas de entidade indígena contra série indicada ao Prêmio Esso

SÍTIO PORTAL IMPRENSA, 11.11.2014

Na última segunda-feira (10/11), o Coletivo Intervozes publicou na CartaCapital a opinião da jornalista Luana Luizy, do Conselho Indigenista Missionário, que criticou a série de reportagens "Terra Contestada", publicada no jornal Diário Catarinense. Em depoimento, ela classifica o trabalho indicado ao Prêmio Esso de Jornalismo como "discriminatório".



Jornal rebate críticas de entidades contra série indicada ao prêmio Esso
Crédito:Reprodução

"Não é de hoje que a campanha anti-indígena vem sendo colocada em prática pelo jornal contra o povo Guarani. O jornal criminaliza a luta indígena quando culpa os indígenas por mortes ocorridas na BR-101", questiona ela no texto intitulado "Reportagem preconceituosa e anti-indígena concorre a Prêmio Esso".

O trabalho em questão mostra o crescimento da população indígena no litoral de Santa Catarina associado à duplicação da BR-101. A história se inicia em Morro dos Cavalos. Segundo a reportagem, a Fundação Nacional dos Índios (Funai) usa a demarcação da terra aos indígenas como moeda de troca para liberar a duplicação.

Procurado por IMPRENSA, o Diário Catarinense contestou a publicação alegou que o texto usa os índios como "escudo" para alterar o foco do que realmente é relatado na reportagem. Em nota, o jornal explica que a publicação não trata de um dos pontos-chaves da questão: o destino dos mais de R\$ 11 milhões recebidos pela Funai por compensação ambiental pelas obras de infraestrutura na área indígena.

CONT.



"A reportagem do Diário Catarinense procurou a Funai oficialmente – e também via Lei de Acesso à Informação – e não teve resposta. Trata-se de dinheiro público, do nosso e do seu bolso, e que deveria ser direcionado aos índios. Mas, além de não ter destino esclarecido, não há nenhuma garantia de que tenha chegado aos indígenas", diz.

O Diário destaca que ouviu os índios e menciona o que originou o processo de demarcação, Milton Moreira, o primeiro a migrar para o litoral de Santa Catarina nos anos 90, Augusto Silva, e o que foi cacique em Morro dos Cavalos até 2009, Arthur Benites. Todos dizem que o local é inadequado ao plantio, que viviam dependentes de programas sociais e que não tinha recursos para a alimentação, então migraram em caminhões fretados pela Funai e foram induzidos por antropólogos.

O jornal diz ainda que, diferente do relatado texto, a reportagem apresenta documentos oficiais utilizados no processo de demarcação, no qual expõe estudos feitos pela própria Funai e análises da área técnica do Tribunal de Contas da União e depoimentos de indígenas.

O Diário Catarinense rebate também o questionamento da jornalista pela reportagem ter ouvido o antropólogo Edward Luz e explica que o consultou, uma vez que é autor do laudo oficial da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. Além disso, o veículo contesta os estudos do Centro de Trabalho Indígena (CTI), que também já criticou a série.

De acordo com o Diário, quatro páginas inteiras estão destinadas à presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, e a antropólogos do CTI - Maria Inês Ladeira e Gilberto Azanha. Também diz que deixa claro que Edward Luz é desafeto da Associação Brasileira de Antropologia.

"Morro dos Cavalos é um caso de interesse público, que envolve direitos humanos, e deve, sim, estar nas páginas de um jornal. Textos como este têm como interesse apenas difamar e desqualificar – em vez de promover o debate. Temos documentos, vídeos, áudio, fotografias de tudo o que foi publicado na reportagem. Leviano seria ouvir o depoimento de um indígena que diz com todas as letras 'o índio não é o culpado, o índio está sendo usado' e se calar", conclui o veículo.

A série "Terra Contestada" foi produzida por Joice Bacelo, Ivan Rodrigues, Ricardo Stefanelli, Guilherme Mazui, Ronald Batista e Fabio Nienow.

* Com supervisão de Vanessa Gonçalves



Advogado critica exclusão de índios em debate sobre biodiversidade

SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 11.11.2014

O advogado do Instituto Socioambiental (ISA), Mauricio Guetta, destacou há pouco que a discussão do projeto de lei sobre a biodiversidade (PL 7735/14, do Executivo) desconsiderou a participação de povos indígenas e comunidades tradicionais, que também são impactados pelo texto. Ele participa de comissão geral na Câmara dos Deputados acerca da proposta, que pretende simplificar as regras para a pesquisa e a exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos do Brasil.

“Percebemos a total exclusão de povos indígenas, quilombolas e outros povos dos debates que envolveram o projeto”, criticou Guetta, lembrando que a ampla discussão em torno da proposta privilegiou a participação do governo e de representantes dos setores farmacêuticos, de cosméticos e de agricultura.

Guetta também criticou pontos do projeto que, segundo ele, limitam a repartição dos benefícios decorrentes da exploração da biodiversidade do País. Ele citou, por exemplo, o dispositivo que define que a repartição de benefícios será operada exclusivamente sobre produtos acabados que tenham como elemento principal de agregação de valor o acesso a conhecimentos tradicionais ou ao patrimônio genético.

“Isso é preocupante porque exclui quase totalmente da repartição de benefícios a exploração econômica desses produtos”, disse Guetta, que lamentou ainda a possibilidade de o governo poder criar uma lista de produtos que estariam fora da exigência de repartição de benefícios.

A representante do Núcleo de Educação Científica do Instituto de Biologia, Nurit Rachel Bensusan, acrescentou que o texto prevê ainda que micro e pequenas empresas também não serão obrigadas a repartir benefícios gerados a partir da biodiversidade. “Há avanços por um lado, mas ele [projeto] não protege quem precisa ser protegido. A repartição deveria ser para todos e de uma forma muito mais ampla”, destacou ela, que também defendeu a participação direta nos debates de povos indígenas e comunidades tradicionais.

“Por que fazer sem ampla consulta a todos os setores da sociedade? Houve consulta sim, mas não a todos os setores. Por que fazer sem ouvir os povos tradicionais e a agricultura familiar?”, questionou.

A comissão geral prossegue no Plenário da Câmara.



Ensino das culturas afro e indígenas é tema de reunião do Conepir

SÍTIO AGÊNCIA ALAGOAS, 11.11.2014

Encontro nesta terça-feira discutiu a implementação das leis federais nº 10.639 e 11.645 e da lei estadual nº 6.814

Membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conepir) e convidados reuniram-se, nesta terça-feira (11), para discutir a implementação da lei que determina o ensino, em escolas públicas e particulares, das culturas afro e indígenas. A reunião aconteceu no auditório da Secretaria de Estado da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos e foi conduzida pela presidente do Conepir, jornalista Valdice Gomes.

A apresentação dos dados foi feita pelo representante da Secretaria de Estado da Educação, Zezito Araújo, que ressaltou as dificuldades na implementação das leis federais nº 10.639 e 11.645, além da lei estadual nº 6.814, reconhecendo, entretanto, o empenho de educadores da rede pública. O representante do Ministério Público, Leandro Rosa, propôs uma ação civil pública como instrumento para a implantação efetiva das políticas previstas pela legislação.

O representante do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Helcias Pereira, destacou a importância do colegiado como instrumento decisivo nos avanços para promover a igualdade racial. "O Conselho serve como uma alavanca, não apenas social, mas também de trabalho para as populações afrodescendentes e indígenas no Brasil", enfatizou.

Estiveram presentes também ao evento, a representante da Ong Guesb, Cláudia Puentes; a religiosa Mãe Mirian Melo; o gerente do Núcleo Afro Quilombola, Jordi Santana e o vice-presidente do Conepir, Clebio Araujo.

As leis

As Leis federais 10.639/03 e 11.645/08 tornaram obrigatório em todo o Brasil, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Em Alagoas, a Lei 6.814 autorizou o Poder Executivo a elaborar projeto para definir a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira na grade curricular das escolas estaduais.

Governo Médici proíbe a divulgação de notícias sobre índios, movimento negro e discriminação racial

SÍTIO ARPINSUL, 11.11.2014



No dia 10 de novembro de 1969, há exatos 45 anos, o governo Médici proibia a imprensa de publicar notícias sobre índios, esquadrão da morte, guerrilha, movimento negro e discriminação racial. Quase meia década depois, após a sociedade brasileira vivenciar os inesquecíveis atos contra os direitos humanos durante a ditadura, nós ainda lutamos para o governo respeitar os direitos indígenas garantidos há 25 anos na Constituição Federal. E infelizmente, ainda reportamos informações como o assassinato de 600 indígenas em 10 anos no Brasil, por lutarem pela garantia de suas terras e famílias.

ASCOM ARPIN SUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

Índios recebem apoio da Prefeitura de Rondonópolis para ampliar plantio de mandioca

SÍTIO GAZETA MT, 11.11.2014

Produção vai alimentar aldeia e excedente deverá ser comercializado, gerando renda para os índios

"É tempo de plantar mandioca", disse o cacique da Aldeia Tadarimana, Cícero Kudoropa, depois de gradear a terra para receber os ramos de mandioca. O plantio ocorre com incentivo da Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, que cedeu os ramos de mandioca e o trator para gradear a terra. O acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos bororos na lavoura da mandioca vem sendo realizado pelo secretário de Agricultura e Pecuária, Renato Mendes Vieira.



Município cedeu trator e também produtos para o plantio; parceria permite aumentar produção

De acordo com o secretário, o plantio de mandioca começou depois que o cacique procurou a Secretaria de Agricultura e Pecuária para solicitar ajuda. "Fizemos três reuniões e com o apoio do prefeito Percival Muniz ficou definido que iríamos atuar para buscar melhorar a qualidade de vida os bororos da Aldeia Tadarimana, que estão passando por dificuldades", destacou Vieira, durante visita realizada ontem à aldeia.

"Os alimentos que plantamos como é o caso da mandioca ajuda na nossa subsistência e se sobrar podemos até comercializar e comprar coisas para a aldeia", ressalta o cacique que aponta a necessidade de colchões e mosquiteiros, por exemplo, para os bororos que vivem na Tadarimana.

Ainda, segundo Cícero Kudoropa, a parceria com a Prefeitura, por meio da Secretaria de Agricultura e Pecuária, veio em uma boa hora. "Só temos que agradecer. A secretaria colaborou doando ramos de mandioca, com o trator para gradear a terra e fazer ileração", explica o cacique.a

Indígenas e especialistas denunciam atendimento precário nas Casas de Saúde do Índio

SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 11.11.2014



Cacique Evaldo da Silva veio de Roraima com a filha de 5 anos, que tem leucemia. Eles foram acolhidos na Casa de Saúde do Índio que na capital ainda não tem sede própria.

Em audiência pública sobre as Casas de Saúde do Índio, as chamadas Casais, foram avaliadas as denúncias do Ministério Público Federal sobre a falta de estrutura de atendimento à saúde indígena. O tema foi debatido na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (11).

De acordo com as denúncias, foram identificados problemas como goteiras, medicamentos mal armazenados e pessoas com infecções adquiridas na própria casa.

Também chegaram denúncias de que nessas casas são atendidas, por exemplo, pessoas com doenças respiratórias, diabetes, hipertensão e até câncer. Além dos pacientes, os acompanhantes também são acolhidos, mas muitas Casas de Saúde do Índio não têm uma infraestrutura mínima.

Segundo Danielle Cavalcante, da Secretaria Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde, são 19 mil profissionais em todo o País para cuidar de uma população de 650 mil pessoas. "O maior desafio da atenção básica hoje da saúde indígena é a fixação desses profissionais no território indígena. A gente até consegue levar empresas para construir essas estruturas físicas dentro das aldeias, mas algumas aldeias são de muito difícil acesso. Imagine levar estruturas como cimento para construir unidades básicas como da população geral. É muito difícil."

O cacique Evaldo da Silva veio de Roraima para Brasília com a filha de 5 anos, que tem leucemia. Ele e a família foram acolhidos na Casa de Saúde do Índio que na capital ainda não tem sede própria. O cacique participou do debate na Câmara e fez um apelo. "A nossa reivindicação é comprar um lugar próprio para que quando, não só o estado de Roraima, mas doutros estados onde tem indígena que viesse fazer o tratamento aqui em Brasília, tivesse sua casa própria. Isso foi o que cobrei aqui na plenária: para que comprem essa casa onde estamos, porque é um lugar alugado."

Falta de profissionais

Outro problema é a falta de profissionais treinados para lidar com a cultura das diversas tribos indígenas. Como explica Maria Elenir Coroaia, que coordena a Casa de Saúde do Índio em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

Brasília. "Que a gente consiga conhecer a cultura desses povos, de cada povo que venha referenciado para tratamento aqui conosco, parte da língua desse povo, seus mitos, sua história de contato. Isso pensando em um profissional de antropologia para nos instrumentalizar, para a gente poder conhecer essa cultura para pensar num cuidado para cada etnia."

A atuação de antropólogos nas Casas de Saúde do Índio também é defendida pela deputada Érika Kokay (PT-DF). "É importante que não haja invisibilização dos indígenas que estão em tratamento de saúde. Muitas vezes eles são desconsiderados enquanto pessoas. O tratamento, os diagnósticos dos profissionais da Casai são esquecidos e ignorados."

A deputada Érika Kokay afirmou ainda que na próxima semana um grupo de parlamentares deve visitar a Casa de Saúde do Índio de Brasília. A ideia é destinar mais recursos para essas casas por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Reportagem - Jaciene Alves

Edição – Regina Céli Assumpção



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

Classificação de línguas indígenas é tema de palestra no Goeldi

SÍTIO MUSEU GOELDI, 11.11.2014

A atividade faz parte da "Quintas Linguísticas", série de palestras que acontece no Museu Goeldi sobre a área de lingüística

Agência Museu Goeldi - Na próxima quinta-feira (13), será realizada a palestra "Classificação de Línguas Indígenas: Métodos Recentes (Filogenética Bayesiana)", ministrada pelo pesquisador Dr. Sérgio Meira de Santa Cruz Oliveira. O evento, faz parte da "Quintas Linguísticas", série de palestras que acontecerá durante as quintas-feiras, na Coordenação de Ciências Humanas (CCH) do Museu Goeldi, tendo início às 15h. A atividade é gratuita e aberta ao público interessado, voltada principalmente para estudantes e pesquisadores da área.

A palestra vai tratar sobre a relação entre famílias e a classificação de línguas, além de abordar o conceito de "filogenética bayesiana" em biologia e em lingüística e como isto contribui para a compreensão da pré-história dos povos indígenas. Sérgio Oliveira, pesquisador do CNPQ atualmente sediado no Museu Goeldi, tem experiência em lingüística histórica e em línguas sul-americanas. Durante o evento, ele apresentará os resultados preliminares do seu projeto sobre as famílias Tupi e Caribe.

Serviço

Palestra: Classificação de Línguas Indígenas: Métodos Recentes (Filogenética Bayesiana)

Data: 13 de novembro de 2014 (quinta-feira)

Local: Sala 1 da Coordenadoria de Ciências Humanas (CCH) - Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi (Av. Perimetral, 1901, Terra Firme)

Horário: 15h

Em protesto, cerca de 150 indígenas ocupam Polo Base em Santa Rosa do Purus
SÍTIO CONTILNET NOTÍCIAS, 11.11.2014

A grande falta de condições de trabalho para os profissionais colaboram para os descasos com os indígenas enfermos.



Os indígenas pedem materiais, medicamentos e mudança da gerência do referido Polo Base/Foto: Cedida

Um grupo com cerca de 150 indígenas das etnias kulina, kaxinauá e Jaminawa ocuparam o Polo Base de Santa Rosa do Purus nesta segunda-feira (10) em protesto contra a falta de atendimento médico aos pacientes das aldeias que moram ao longo do alto Rio Purus.

Os manifestantes pedem melhores condições de trabalho para a equipe multidisciplinar realizar suas atividades, materiais, medicamentos e mudança da gerência do referido Polo Base.

Manoel Kaxinauá, um dos integrantes do movimento, diz que os índios querem a exoneração do chefe do Polo no município, o enfermeiro João Barreto de Alencar. "Ele bebe muito e não tem compromisso com as causas indígenas", denuncia.

Os indígenas prometem permanecer no local até que suas reivindicações sejam atendidas.

Santa Rosa é uma das cidades mais isoladas do estado do Acre, onde a maioria de sua população é formada por indígenas, que nos últimos anos vêm enfrentando muitas dificuldades, entre tantas, assistência à saúde.

Vale ressaltar que em 2011, 22 crianças indígenas morreram com sintomas de diarreia aguda. Já em outubro deste ano, 12 crianças foram a óbito com os mesmos sintomas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

iDe acordo com os indígenas, isso acontece porque a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) deixa de prestar atendimentos primários nas aldeias como deveria acontecer. Os indígenas contam que estes problemas também são enfrentados nos outros municípios gerenciados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Purus (DSEI/ARPU).

A grande falta de condições de trabalho para os profissionais colaboram para os descasos com os indígenas enfermos.



Indígenas foram à Câmara reclamar

SÍTIO JOTA PARENTE, 11.11.2014

Indígenas da etnia Munduruku que vivem na aldeia da Praia do Índio estiveram na Câmara Municipal na manhã de hoje.

Alguns representantes fizeram uso da tribuna por 10 minutos, quando reclamaram das condições da Estrada do BIS, a qual eles usam todos os dias.

Eles estiveram acompanhados do casal Haroldo e Márcia Bieri, que são membros de uma missão da Igreja Batista, que faz trabalho de evangelização e de assistência social aos índios.

Os indígenas pediram a ajuda dos vereadores, citando que no verão sofrem com a poeira e no inverno com a lama, e para completar, ainda não são respeitados pelos motoristas de carros de todos os tamanhos que trafegam por aquela importante via.

Eles chamaram atenção para a possibilidade da Estrada do BIS vir a ser novamente interditada pelas águas do Tapajós, no inverno que está para chegar. Disseram que a solução será a construção de uma ponte. Também lembraram que as empresas que usam a via diariamente, como é o caso de transportadoras, de caminhões-tanque e empresas de materiais de construção também devem colaborar para a manutenção.

O presidente da Câmara, vereador Wescley Tomaz, encarregou o vereador Orismar Gomes de organizar uma comissão para ir até o secretário de infraestrutura tratar das reivindicações dos Munduruku.

Chamou atenção dos presentes a fala de alguns integrantes da representação indígena, dentre eles o professor Isaias, usando o idioma nativo deles. O professor Isaias fez a tradução.

O presidente Wescley Tomaz fez referência ao trabalho de tradução feito simultaneamente pelo jornalista Anderson Pantoja, que conviveu com os índios quando morou em Jacareacanga, período no qual aprendeu a falar o idioma mundurucu.

Participação dos índios potiguaras na luta contra os holandeses

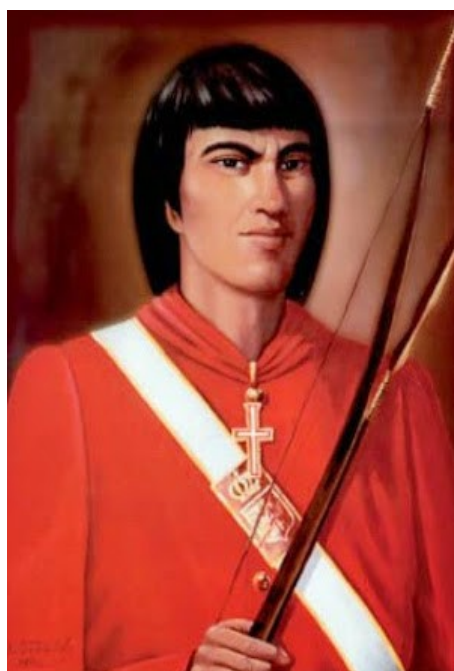
SÍTIO PORTAL TUDO RN, 11.11.2014

A insurreição Pernambucana prolongou-se de 1645 a 1654. Além dos senhores de engenho, recebeu a adesão da população pobre, negra e dos índios potiguaras.

Felipe Camarão (Poti), chefe dos potiguaras da Aldeia Velha, atualmente Igapó, acompanhado de sua esposa Clara Camarão lutaram ao lado dos portugueses.

A coroa portuguesa condecorou Felipe Camarão pelos serviços prestados a Portugal nas lutas contra o inimigo Holandês.

Clara Camarão ficou registrada em crônicas e em versos.



Clara Camarão

Trombeteiam na noite as inúbias, ao luar
Que cai, na velha aldeia, aclarando o mangal.
Tudo em redor da taba é uniforme, é igual,
Desde o gemer do vento aos regougos do mar.

Clara fez-se guerreira indômita, a campear,
Flecha segura à mão, vencendo o matagal
Nunca esteve em recuo, em seu avanço triunfal,
Pois desde que adolesceu, seu destino é lutar.

Carregar na alma o instinto, os índoles avoengos,
De não retroceder nas lutas que travou,
Pra livrar seu rincão das incursões flamengas.

E porque combateu com gesto, o mais hostil,
O inimigo soez, a história consagrou,
A mais brava mulher guerreira do Brasil.

Fonte: Rio Grande do Norte: História, Cultura e Identidade - Marlúcia Galvão Brandão.
Curitiba: Base Editora, 200



Indígenas e especialistas denunciam atendimento precário nas Casas de Saúde do Índio

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 11.11.2014

Em audiência pública sobre as Casas de Saúde do Índio, as chamadas Casais, foram avaliadas as denúncias do Ministério Público Federal sobre a falta de estrutura de atendimento à saúde indígena. O tema foi debatido na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (11).

De acordo com as denúncias, foram identificados problemas como goteiras, medicamentos mal armazenados e pessoas com infecções adquiridas na própria casa.

Também chegaram denúncias de que nessas casas são atendidas, por exemplo, pessoas com doenças respiratórias, diabetes, hipertensão e até câncer. Além dos pacientes, os acompanhantes também são acolhidos, mas muitas Casas de Saúde do Índio não têm infraestrutura.

Segundo Danielle Cavalcante, da Secretaria Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde, são 19 mil profissionais em todo o País para cuidar de uma população de 650 mil pessoas. "O maior desafio da atenção básica hoje da saúde indígena é a fixação desses profissionais no território indígena. A gente até consegue levar empresas para construir essas estruturas físicas dentro das aldeias, mas algumas aldeias são de muito difícil acesso. Imagine levar estruturas como cimento para construir unidades básicas como da população geral. É muito difícil."

O cacique Evaldo da Silva veio de Roraima para Brasília com a filha de 5 anos, que tem leucemia. Ele e a família foram acolhidos na Casa de Saúde do Índio que na Capital ainda não tem sede própria. O cacique participou do debate na Câmara e fez um apelo. "A nossa reivindicação é comprar um lugar próprio para que quando, não só o Estado de Roraima, mas de outros Estados onde tem indígena que viesse fazer o tratamento aqui em Brasília, tivesse sua casa própria. Isso foi o que cobre aqui na plenária: para que comprem essa casa onde estamos, porque é um lugar alugado."

Falta de profissionais

Outro problema é a falta de profissionais treinados para lidar com a cultura das diversas tribos indígenas. Como explica Maria Elenir Coroaia, que coordena a Casa de Saúde do Índio em Brasília. "Que a gente consiga conhecer a cultura desses povos, de cada povo que venha referenciado para tratamento aqui conosco, parte da língua desse povo, seus mitos, sua história de contato. Isso pensando em um profissional de antropologia para nos instrumentalizar, para a gente poder conhecer essa cultura para pensar num cuidado para cada etnia."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

A atuação de antropólogos nas Casas de Saúde do Índio também é defendida pela deputada Érika Kokay (PT-DF). "É importante que não haja invisibilização dos indígenas que estão em tratamento de saúde. Muitas vezes eles são desconsiderados enquanto pessoas. O tratamento, os diagnósticos dos profissionais da Casai são esquecidos e ignorados."

A deputada Érika Kokay afirmou ainda que na próxima semana um grupo de parlamentares deve visitar a Casa de Saúde do Índio de Brasília. A ideia é destinar mais recursos para essas casas por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.



Família de quadrigêmeas indígenas ganha casa em Anastácio

SÍTIO CAARAPO NEWS, 11.11.2014

A família das quadrigêmeas indígenas, que continuam internadas em uma maternidade, em Campo Grande, ganhou uma casa na cidade de Anastácio, a 128 km da capital sul-mato-grossense. A residência fica em um conjunto habitacional popular no bairro Altos da Cidade. São dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

Os avós das quadrigêmeas vão ficar na casa, que ainda não está pronta, até que as netas tenham alta e que a família volte para Anastácio. A mudança foi feita no início da última semana. Eles levaram tudo o que restou do barraco de madeira onde o pai, a mãe e os quatro irmãos das quadrigêmeas moravam.

O barraco ficava em um uma área ocupada, próxima a BR-262. O local foi roubado três vezes durante o tempo em que a mãe, Denir, e o pai, Odair, ficaram com as recém-nascidas no hospital. Na última vez, levaram mantimentos, doações de compra e de roupa, pedaços de madeira da parede e até partes do telhado.

Há mais de um mês, os pais "moram" na maternidade onde as meninas estão internadas e acompanham o ganho de peso delas.

A casa tem 36 metros quadrados. Segundo a prefeitura, o local será entregue, definitivamente, com calçada na frente, luz, água e drenagem. No conjunto serão 759 moradias com um centro comunitário, uma creche, uma escola e um posto policial.

A obra pertence ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. O conjunto habitacional deve custar R\$ 36 milhões.



Comunidades manifestam repúdio à PL sobre uso de conhecimentos tradicionais e recursos genéticos

SÍTIO CIMI, 11.11.2014

Na tarde desta terça-feira (11) ocorre na Câmara dos Deputados, no plenário Ulysses Guimarães, uma Comissão Geral sobre o Projeto de Lei (PL) 7735/2014, que trata do acesso e uso dos conhecimentos tradicionais e recursos genéticos e que foi encaminhado sob regime de urgência pelo Poder Executivo ao Congresso.

Representantes das indústrias farmacêuticas e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior admitiram, durante a Comissão Geral, que o governo está debatendo o teor do PL 7735 a três anos com o setor industrial. No entanto, povos e comunidades tradicionais foram excluídos intencionalmente do processo. Não houve qualquer tipo de discussão ou consulta aos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses.

Uma carta assinada por 54 organizações, entre elas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), manifesta repúdio ao Projeto de Lei e a forma como o mesmo tem tramitado.

Leia o documento na íntegra:

De onde brotam os espinhos

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares do Brasil, em nome próprio, representados por suas entidades e entidades parceiras que subscrevem a presente, com base nos artigos 8 'j', 10 'c' da Convenção da Diversidade Biológica, promulgado pelo Brasil no Decreto nº. 2.519/1998, a Convenção 169 da OIT, promulgada no Decreto nº 5.051/ 2004, especialmente em seus artigos, 5, 6 e 7, no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, promulgado no Decreto nº 6.476/2008, especialmente em seu artigo 9, na Constituição Federal, especialmente nos artigos 215, 216 e 225, no Decreto 6.040/2007, Lei 10.711/2003, Lei 11.326/2006, e Decreto 7.794/2012, vêm a público manifestar repúdio ao Projeto de Lei que tramita na Câmara Federal sob o nº 7.735/2014, encaminhado em regime de urgência pelo Poder Executivo, sob pressão do Ministério do Meio Ambiente, Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e denunciar os poderes Legislativo e Executivo Nacionais pela violação aos Direitos dos Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais, diante dos motivos que passa a expor:

- O Projeto de Lei representa uma nova tentativa de regulamentar o tema do Acesso e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios, hoje regido pela MP 2.186-16/2001, que evidencia

CONT.



motivo de preocupação nacional e internacional, especialmente no Brasil, por sua megadiversidade e por ser, historicamente, território de inúmeras formas de expropriação de conhecimentos tradicionais e de recursos naturais.

- A preocupação para com os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e de agricultores familiares (considerados como guardiões da biodiversidade e detentores dos conhecimentos tradicionais a ela associados) surge apenas no aspecto econômico e em especial no trato da repartição de benefícios, não considerando o papel fundamental de povos e comunidades tradicionais para o uso sustentável e a conservação da biodiversidade brasileira, os quais constituem os outros objetivos da Convenção da Diversidade Biológica.

- A não observância ao processo de debate internacional quanto à implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios, ainda não ratificado pelo Congresso Nacional.

- A incorporação da temática de agricultura e alimentação, quando a referência é o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura/FAO, que também abrange o uso sustentável e a conservação desses recursos, os direitos dos agricultores ao livre uso de suas sementes.

- A ausência de um processo de consulta ampla e da participação formal de organizações representativas de Agricultores, Povos e Comunidades Tradicionais, sem que suas preocupações e contribuições fossem reconhecidas ou incorporadas, desrespeitando o exercício do direito de participação e de resguardo de seus interesses.

- Pela invisibilidade dos sujeitos de direito que representam a força produtiva, a proteção da biodiversidade e da agrobiodiversidade nacional e que detém conhecimentos que são objeto de expropriação territorial e exploração econômica, que foram solenemente ignorados representando de um lado a relação desigual de poderes e de outro o descompromisso do Brasil com a própria legislação nacional quando conflitante com interesses eminentemente econômicos.

- O assédio praticado pela comunidade acadêmica (que se omite em discutir os direitos dos povos e comunidades tradicionais neste processo, e pauta a discussão unicamente para garantir a facilitação do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, atuando na perspectiva da captura do conhecimento sem a divulgação dos resultados) e pela indústria, interessada no desenvolvimento tecnológico a qualquer preço e em altos rendimentos.

- A exclusão do exercício do direito a negar o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, quando o seu próprio é sistematicamente dificultado.

- A participação de organizações que surgem como se representantes dos interesses dos povos e comunidades tradicionais, mas que estão interessadas no lucro líquido obtido a partir da comercialização de produtos originários do acesso a recurso genético ou conhecimento tradicional associado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

- Sem um processo de consulta e participação efetiva dos sujeitos de direito, tem-se uma proposta de legalização unilateral da exploração dos recursos e dos conhecimentos tradicionais associados, estando estes, relegados a um "obstáculo" a ser superado mediante pagamento ou promessa de pagamento.

Pelos motivos destacados, não é possível aos Agricultores familiares e aos Povos e Comunidades Tradicionais, referendar ou participar de forma limitada e excludente das discussões deste Projeto de Lei que, a pretexto de regulamentar e impe acaba por cercear direitos conquistados a base de luta social.

O Projeto de Lei, tal como apresentado, é o reconhecimento da falência do Estado Brasileiro no combate à biopirataria e na garantia de direitos coletivos, que subserviente a sistemas corporativos industriais e financeiros, desconsidera o papel de povos e comunidades tradicionais, únicos sujeitos que efetivamente desenvolvem estratégias para o uso sustentável e a conservação da diversidade biológica brasileira.

Esta denúncia vem reforçar as denúncias constantes da carta 'De Onde Brotam as Sementes' com as recomendações da sociedade civil ao governo brasileiro, bem como a Carta elaborada pela AS-PTA que marca o posicionamento dos agricultores familiares brasileiros.

[Assinam a presente carta](#)

ESCRAVIDÃO INDÍGENA NO BRASIL

SÍTIO VÍRUS DA ARTE & CIA, 11.11.2014



A maioria dos casos de indígenas explorados em situação análoga à de escravo resulta diretamente da não demarcação de suas terras. Somente 404 das 1047 terras indígenas do Brasil foram regularizadas e pelo menos 30 delas estão com processo pronto, aguardando somente uma assinatura. O número de regularizações tem sido baixíssimo. Existem 17 decretos de homologação que estão para ser assinados, de modo a garantir o efetivo encaminhamento dos que estão na mesa do Ministro da Justiça.

Por que isso é importante?

É difícil de acreditar que ainda hoje povos indígenas continuem sendo escravizados no Brasil. O confinamento em pequenas áreas de terra é uma das principais razões para a precária situação dos povos indígenas. Sem alternativas, eles se tornam alvos fáceis para os aliciadores: tanto que muitos acabaram como escravos em canaviais e fazendas nos últimos anos.

Um caso emblemático de trabalho escravo envolvendo indígenas ocorreu em Bom Jesus (RS). Uma força-tarefa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Funai resgatou 41 indígenas kaingang, encontrados em condições análogas à de escravo; eram submetidos a condições degradantes no cultivo de maçãs. Dentre eles estavam 11 adolescentes entre 14 a 16 anos. Os alojamentos estavam em péssimas condições, havia apenas dois banheiros para os 41 trabalhadores, as famílias – inclusive crianças – se apertavam em espaço insuficiente, a fiação elétrica estava solta, o frio entrava pelas frestas, a água era armazenada em garrafas pet e havia comida estragada pelos cantos.

Não podemos aceitar que indígenas do Brasil continuem exilados de suas terras. Milhares deles, especialmente no Mato Grosso do Sul, estão há anos sob barracos em beiras de rodovias ou confinados em áreas diminutas, expostos a todo tipo de violência, dentre as quais

CONT.



assassinato, despejo e trabalho escravo. Precisamos garantir que, em pleno século XXI, os povos indígenas tenham seus direitos, suas tradições e sua dignidade respeitados. Esses direitos originários, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estão sendo violados! Uma das melhores maneiras de evitar que isso continue é garantindo a demarcação de suas terras.

Nos últimos meses vários grupos indígenas participaram de manifestações em todo o país. Em maio, 300 índios bloquearam a entrada do Ministério da Justiça exigindo agilidade no processo da demarcação das terras: "Viemos para reivindicar os nossos direitos, porque aqui é nossa terra, somos os filhos da terra", disseram eles.

Pedimos aos leitores que assinem a petição abaixo, direcionada à presidenta Dilma Rousseff, a fim de que sejam demarcadas as terras indígenas, para acabar com o trabalho escravo de nossos índios, fator de vergonha para o nosso país.

[Assinem a petição](#)

Cliquem no link abaixo e depois no título da reportagem da página aberta para assinar:
[Repórter Brasil & Comissão Pastoral da Terra \(CPT\)](#)



Quilombolas mineiros aprovam limites territoriais em Minas Gerais

SÍTIO JORNAL O TEMPO, 11.11.2014

As comunidades quilombolas de Paracatu, no Noroeste de Minas e Diamantina, na região do Jequitinhonha, aprovaram os limites territoriais definidos nos relatórios antropológicos

No início deste mês de novembro, quilombolas de cinco comunidades mineiras aprovaram os limites territoriais definidos nos relatórios antropológicos, em fase final de elaboração por empresas contratadas pelo Incra/MG por meio de pregão.

As comunidades que aprovaram os territórios reivindicados foram as de Inocêncio Pereira de Oliveira, Cercado e Pontal, ambas no município de Paracatu, no Noroeste de Minas; aprovaram ainda os membros da Vargem do Inhaí e Mata dos Crioulos, localizadas em Diamantina, na região do Jequitinhonha.

Durante as audiências aos quilombolas, foram explicados os procedimentos exigidos pela legislação em conformidade com a Constituição de 1988. O relatório antropológico é uma das peças que compõe o Relatório Técnico de Identificação e delimitação (RTID), documento essencial para a regularização fundiária de comunidades remanescentes de quilombos.

Vinte comunidades quilombolas tiveram seus relatórios antropológicos concluídos. Em Minas Gerais, há 194 comunidades com processos abertos para regularização fundiária.

Destas comunidades, nove RTIDs foram publicados no Diário Oficial da União. Duas comunidades tiveram decreto presidencial de desapropriação por interesse social expedidos e estão em fase de desintrusão (desapropriação e retirada dos não quilombolas) para posterior titulação. Outras nove comunidades estão com relatório antropológico em elaboração.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

5º Encontro na AL pela defesa dos territórios articula frente contra o modelo corporativo de extração mineral SÍTIO CIMI, 12.11.2014

Comunidades camponesas, indígenas e organizações do Peru, México, Brasil, Guatemala e Honduras se reuniram no 5º Encontro Latinoamericano de Cuidado e Defesa do Território Frente a Complexidade dos Minerais na América Latina.

O encontro fortaleceu a construção de uma frente de articulação das organizações a fim de construir alternativas de resistência e compartilhar experiências de luta contra o modelo corporativo extrativista mundial, que invade territórios e povos com o propósito de exterminá-los.

[Confira na íntegra o documento, em espanhol, do encontro](#)



Depois da Copa e Olimpíadas, Brasil irá sediar os Jogos Mundiais Indígenas
SÍTIO POR ACASO, 12.11.2014

O Brasil se consolida como sede de grandes eventos esportivos.



Depois do sucesso da Copa do Mundo, o Brasil se consolida como sede de grandes eventos esportivos. O próximo desafio será a realização dos I Jogos Mundiais Indígenas (JMI), que acontecerão em setembro de 2015 em Palmas (TO), com a presença de mais de dois mil atletas de 30 países. De acordo com o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, a decisão de realizar os I Jogos Mundiais Indígenas em Palmas aconteceu em reunião do Comitê Intertribal realizada na Organização das Nações Unidas (ONU), que referendou a escolha.

“A realização dos Jogos Mundiais Indígenas no Brasil é mais uma oportunidade de mostrar ao mundo a diversidade do Brasil, além de valorizar a riqueza cultural dos povos indígenas e promover outros segmentos do Turismo como o Ecoturismo e o Turismo de Aventura”, avalia o presidente da Embratur, Vicente Neto.

A Embratur começará a promoção dos Jogos Mundiais Indígenas na WTM, que acontece nesta semana em Londres e reúne cerca de 50 mil visitantes. Além disso, o Instituto incorporará o evento nas demais feiras e ações que realizará até o início dos JMI, em setembro de 2015. “O apoio da Embratur é fundamental para o sucesso dos Jogos. Todo o estado de Tocantins tem um enorme potencial turístico que precisamos promover, além dos já conhecidos Jalapão e o artesanato com capim dourado. Temos cidades históricas e inúmeros locais para o turismo de aventura”, destacou Amastha.

Com o conceito Somos Todos Indígenas, a capital do Tocantins está se preparando para receber atletas de dezenas de etnias de todo o mundo. Foi criada a Secretaria Extraordinária

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

dos Jogos Mundiais Indígenas, responsável por toda a organização do evento. O titular do cargo, Hector Franco, afirma que a conclusão dos projetos e o desenvolvimento das construções das estruturas para receber os Jogos ocorrerão dentro do período estabelecido.

Além dos indígenas das Américas, também estarão presentes os povos da Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Do Brasil, cerca de 22 etnias devem participar da competição. Apenas no Tocantins existem sete etnias com uma população aproximada de 10 mil pessoas. Tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de velocidade rústica (100m), canoagem rústica tradicional, corrida de tora, lutas corporais, futebol de campo, xikunahati (futebol de cabeça), natação e atletismo estão entre as modalidades que serão disputadas em Palmas.

Jogos indígenas

Os Jogos dos Povos Indígenas surgiu no Brasil em 1996 em Goiânia, realizado pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, com apoio do Governo Federal. Desde então, houve 13 edições nacionais.



Após 14 dias presos, Cacique Suruí aguarda decisão de recursos

SÍTIO CEDEFES, 12.11.2014

Prisão preventiva de liderança indígena tem pedido de revogação feito pelo MPF e advogados de direitos humanos no Pará - Felipe Milanez -11/11/2014 - O cacique Welton John Oliveira Suruí, da aldeia Itahy, terra indígena Sororó, no sul do Pará, foi preso pela Polícia Federal e transferido para Belém, capital do Estado, por determinação do juiz local "visando a garantia da ordem" na cidade de Marabá, no dia 29 de outubro, conforme noticiado por este blog. Consta contra ele quatro inquéritos policiais, porém, segundo o Ministério Público Federal, a simples abertura de inquéritos sem nenhuma investigação não serve para justificar a prisão preventiva. O órgão não foi ouvido pelo juiz na determinação da prisão, uma vez que o pedido foi feito diretamente pela Polícia Federal.

Tive acesso aos autos, que correm em segredo de justiça por determinação do juiz. Há fortes indícios de tratar-se, conforme alegam os advogados do acusado, de uma prisão ilegal, injusta e política. Em visita a Welton na prisão, registrei o seguinte depoimento:

Conforme sustenta o MPF no pedido de reconsideração: "Não é razoável que, passados mais de 60 dias dos fatos investigados, sem qualquer dado novo que aponte comoção social em decorrência deles, sem qualquer elemento que indique a coação a testemunhas ou a tentativa de fugir da aplicação da lei penal, se entenda presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva ao argumento de coibir atos futuros e incertos, cuja ocorrência se inferiu de investigações de atos passados."

Em um dos inquéritos, a PF havia marcado uma audiência com a liderança indígena, sem nenhum tipo de urgência, para o dia 3 de fevereiro de 2015 para "fins de esclarecimentos". Em seguida, sem comunicar ao MPF que havia declarado a competência federal para a apuração dos crimes, a delegada federal em Marabá pediu diretamente ao juiz a prisão de Welton, a qual foi decretada pelo juiz Heitor Moura Gomes em 17 de outubro, com mandado expedido no dia 21 do mesmo.

O fundamento da prisão: a "condição de indígena" - A fundamentação do pedido de prisão pela Polícia Federal baseia-se no seguinte argumento:

"Ilustre Magistrado, é claro e evidente que o Sr. Elton Suruir (sic) está se utilizando de sua condição de indígena como escudo protetor para práticas delitivas, afrontando os órgãos de repressão ao crime e aterrorizando a população. A convicção da impunidade é a responsável pela ousadia utilizada pelo indígena em cometer em, menos de um ano diversos delitos gravíssimos contra a sociedade, tais como: roubo de diversos veículos pertencentes a órgãos federais, sequestro de pessoas, extorsão, dentre outros. O indígena, de forma leviana, tenta

CONT.



dar legitimidade aos atos criminosos, com a justificativa de lutar por melhores condições, o fato é que o não atendimento às suas reivindicações, o não cumprimento de políticas públicas não tem o condão de justificar agressões, roubos, sequestros ou qualquer outro tipo de atividade criminosa. Se assim fosse, viveríamos o “caos”, um Estado de Anarquia. O que seria o Estado Brasileiro, se cada cidadão resolvesse protestar cometendo crimes contra o não cumprimento de alguma promessa política? Seria o fim do Estado Democrático de Direito.”

Continua a autoridade policial afirmando que “a condição de indígena não pode ter o 'poder' de calar as instituições públicas e impedirem que exerça o combate as práticas criminosas”, e que a “condição de índio não pode servir como excludente de ilicitude”.

Com base em quatro inquéritos relacionado a protestos contra o descaso na saúde indígena (IPL 193/2013, IPL 54/2014, IPL 100/2014, IPL 149/2014), fundamenta a PF que a segregação do acusado deve ser feita para a “garantia da ordem pública”.

O juiz federal substituto em Marabá concordou com os argumentos do delegado de que a abertura de inquéritos configuraria indícios de autoria, mesmo que nenhum deles tenha produzido qualquer tipo de prova. E conclui por uma “reiteração delitiva” sem que nenhum delito tenha sido investigado ou julgado. Para decretar a prisão preventiva, medida extrema do direito penal brasileiro, baseia-se no crime de extorsão, do qual Welton também seria acusado.

É possível que ambas as manifestações, tanto da PF quanto do juiz federal, estejam baseadas não em fatos ou mesmo no direito, mas em preconceito dos operadores do direito com relação a condição de indígena do acusado.

Assim escreve o juiz na decisão:

“É de conhecimento notório e amplo que as tribos indígenas possuem grande senso de grupo e, cotidianamente, agem sob a influência dessa qualidade, precipuamente quando em suas reivindicações” — é de se questionar qual seria esse “conhecimento amplo e notório”, senão o racismo e o preconceito?

Com base nesse “conhecimento notório”, o juiz substituto Gomes achou por bem não apenas prender o acusado, mas transferi-lo para a capital do Estado, distante cerca de 800 quilômetros da aldeia Itahy, com o seguinte argumento: “Em razão de tal fator, prevendo possível comoção por parte dos integrantes da aldeia Itahy, e visando a garantia da ordem neste município que sedia a Subseção Judiciária de Marabá, entendo fazer-se necessária, desde já, a remoção do acusado para unidade prisional da capital deste Estado da Federação”.

Pedidos de reconsideração

O Ministério Público Federal, que não pediu a prisão do acusado, mas tão somente concordou com a abertura do inquérito para investigação, pediu para o juiz reconsiderar sua decisão, o que foi negado. Ingressou, posteriormente, com um Habeas Corpus no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, que encontra-se concluso após receber informações do juiz

CONT.



local em Marabá. Ao mesmo tempo, a Comissão Pastoral da Terra e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos ingressaram com pedidos de relaxamento da prisão na Vara Federal em Marabá — pedido este que também está concluso pelo juiz, não Gomes, porém outro substituto.

Para os advogados de ambas entidades, José Batista Afonso, da CPT, e Marco Apolo, da SDDH, a questão é política, e não criminal.

“Em se tratando de casos coletivos que geram conflitos, o Judiciário precisa usar mais a Constituição Federal e menos Código Penal. Trata-se de lutas por direitos, e não praticas de crimes”, diz Batista.

Para Apolo, o Judiciário no Pará tem agido para “criminalizar os movimentos sociais”, e até mesmo fazendo as vezes dos antigos pistoleiros na região na função de excluir as lideranças comunitárias de lutas políticas.

O MPF insiste que o pedido de prisão da PF foi feito “sem que qualquer fato novo”; que “as acusações são de inquéritos soltos e disperses envolvendo manifestações pela questão de saúde indígena, com retenção de veículo oficial, ocupação, junto de outras etnias, na sede da SESAI, e um cárcere privado de uma funcionária que foi liberada com a chegada da polícia. Todos quarto inquéritos ligados a protestos pela melhoria do atendimento a saúde.”

Com relação ao crime de “tentativa de homicídio” mencionado pela delegada, o MPF argumenta que este “sequer foi objeto de inquérito”, enquanto a suposta vítima da suposta tentativa nem sequer fez um boletim de ocorrência – apenas “noticiado pelos jornais” locais.

Os quatro inquéritos mencionados pela autoridade policial, insiste o MPF, “descrevem atos de protesto contra a situação da saúde indígena na região de Marabá e, portanto, não se tratam de crimes praticados contra o patrimônio propriamente dito ou mesmo contra a liberdade individual, desvinculados de um contexto mais amplo.”

O deputado estadual Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) apresentou um requerimento na Assembleia Legislativa e declarou na Tribuna: “É um crime, uma violência e um desrespeito o que estão fazendo com o cacique Suruí. Ele foi preso porque denunciou indícios de corrupção na saúde indígena e também cobrou a compensação pela construção da BR-153, que corta a terra indígena.”

Famíliares apreensivos

Tibacu Suruí, pai do Welton, veio para Belém no mesmo dia que seu filho foi preso. Tibacu nasceu no castanhal Cachoeirinha, dentro do território indígena, em 1953. Ao longo da sua vida assistiu aos conflitos com os castanheiros da região, a Guerrilha do Araguaia, de 1971 até 1974, a violenta política de distribuição de terras feitas pelo GETAT, comandado por Major Curió, que distribuiu os castanhais para tornarem-se latifúndio para a pecuária, a abertura de estrada BR153 que corta o território, posteriormente asfaltada, e a chegada de madeiros,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

pecuaristas e o intenso desmatamento da área. Pelo google é possível ver a única mancha verde próximo a São Geraldo do Araguaia: é o território dos Aikewara (autodenominação dos Suruí). Tibacu é um dos 14 indígenas aikewara reconhecidos como anistiados políticos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça pelos crimes dos militares na repressão e massacre à Guerrilha do Araguaia (leia aqui).

"Estou em Belém desde que ele saiu de lá. Trouxeram ele para cá e logo em seguida vim atrás", conta o pai. "Estamos agoniado demais, a comunidade inteira está sentindo falta dele. Ele nunca foi preso, não tem costume dessas coisas", diz Tibacu. "Está todo mundo parado na comunidade, apreensivo, ninguém fazendo roça nem nada".

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br>



Professor Kaingang é covardemente assassinado

SÍTIO CEDEFES, 12.11.2014

Professor Kaingang é covardemente assassinado em Vicente Dutra (RS)

Com pesar e indignação comunicamos o assassinato do professor Kaingang Davi Limeira de Oliveira de 22 anos, da Terra Indígena, Rio dos Índios, no município de Vicente Dutra (RS). O município está localizado numa região, onde ocorrem há décadas, sérios conflitos contra os indígenas em função da luta da comunidade Kaingang pela demarcação e garantia das terras.

Os Kaingang vivem em acampamento há décadas e aguardam que a terra seja demarcada e regularizada pelo governo federal.

Segundo informações repassadas por lideranças indígenas, o professor Davi participava de um evento festivo no município de Vicente Dutra na noite de sexta-feira, 07, de novembro. Por volta de 1h da manhã ocorreu uma pequena confusão entre alguns participantes. Davi foi envolvido e acabou sendo esfaqueado pelas costas. Teve os pulmões perfurados e veio a falecer quase que instantaneamente.

O Cimi Sul espera que efetivamente o assassino seja punido. Imaginemos, neste contexto, se fosse o contrário: se um indígena tivesse esfaqueado pelas costas um branco de Vicente Dutra. A repercussão do fato seria absurdamente grande e criminalizariam todos os povos e comunidades indígenas do estado.

Este fato não pode ser caracterizado como caso isolado. Há na região uma forte campanha contra os indígenas, especialmente no norte do Rio Grande do Sul, por conta da luta dos povos pela demarcação de suas terras. Não podemos esquecer que foi naquela região que os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) conclamaram toda a população a se manifestar contra os indígenas. Foi lá que eles incitaram a violência e chegaram a sugerir que as pessoas se armassem para enfrentar os indígenas e afirmaram que "indígenas, quilombolas, gays e lésbicas são tudo o que não prestam". Foi em Vicente Dutra também que no final do ano de 2013, os comerciantes do município se negaram a vender alimentos para os indígenas.

Não podemos deixar de fazer referência a outros casos de violação à vida nos primeiros dias do mês de novembro e uma semana depois do resultado das eleições presidenciais: a jovem Marinalva Guarani-Kaiowá de 27 anos foi encontrada morta às margens da BR-163, próximo ao município de Dourados. Ela foi atingida por 35 golpes de faca; também no Mato Grosso do Sul, no dia 9 de novembro, o jovem Kaiowá, Adriano Lunes Benites, de 21 anos, foi baleado na perna durante um ataque de pistoleiros contra indígenas da comunidade de Pyelito Kue, localizada na região de Iguatemi.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

Assusta constatar que em nosso país seja permitido a segmentos da economia e da política – contrários aos direitos constitucionais dos povos indígenas e quilombolas – agirem impunemente quando promovem o preconceito e as mais variadas formas de violações ao direito à vida. Até quando as autoridades públicas de nosso Brasil continuarão governando, legislando e julgando tendo como horizonte a defesa destes segmentos, que deveriam ser caracterizados como criminosos?

Nossa solidariedade e apoio aos familiares do professor Davi que foi covardemente assassinado e ao povo Kaingang que luta pela defesa de seus direitos.

Fonte: Roberto Antonio Liebgott – Cimi Sul – Equipe Porto Alegre

Feira do Caxias Shopping ganha bancadas feitas por índios

SÍTIO PROMOVIEWS, 12.11.2014

A Feira do Caxias Shopping, que reúne produtores agrícolas da Baixada Fluminense, passará a contar com novas bancadas criadas por índios do projeto Aldeia Jacutinga a partir da edição de 16 de novembro.

A feira de produtos é uma iniciativa inédita em shoppings centers e tem como objetivo difundir o trabalho realizado pelos produtores da região de forma natural e sustentável. As novas bancadas seguem essa filosofia.

Outra novidade é que o espaço passa a contar com 15 expositores, entre eles o espaço dos indígenas Jerônimo Henrique (Maru Puri) e Carmel Farias Puri (Butan), idealizadores da Aldeia Jacutinga, que vende artesanato criado com sementes, cordas, frutos e outros insumos naturais.



Para confeccionar as bancadas, os índios da etnia Puri cultivaram bambus em propriedades particulares parceiras do projeto e esperaram o ciclo da natureza para que as plantas se desenvolvessem.

As varas foram coletadas na Lua Minguante para não possibilitar o aparecimento de insetos. Depois da coleta, um profissional especializado em móveis e o próprio empreendimento trabalharam em conjunto com os índios para chegar ao resultado final.

Foram mais de quatro meses de trabalho e quase mil varetas de bambu utilizadas. Como seguiram o ciclo natural, as plantas de onde foram coletadas as varetas continuam saudáveis e já florescendo em nova safra.

A Aldeia Jacutinga é um projeto sem fins lucrativos que reúne diversas etnias que trabalham seguindo a Lei federal 11.645, que tem como objetivo divulgar a cultura e a história indígena em escolas e centros culturais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

Quem visitar a feira vai encontrar frutas, verduras, legumes, cultivados sem agrotóxico, além de artesanato, doces, azeites e flores. Destaque para as barracas de café orgânico e de artesanato indígena.

A Feira do Caxias Shopping faz parte do projeto de responsabilidade socioambiental "Caxias Shopping Sustentável", lançado em 2010. O evento é gratuito.

INDIOS MUNDURUCU COBRAM MELHORIAS PARA ESTRADA DO BIS

SÍTIO TRIBUNA TAPAJÔNICA, 12.11.2014



indigenista Márcia Bieri apoia causa dos índios

Na sessão desta terça feira dia 11, ciceroneados pela professora Márcia Bieri, um grupo de índios da etnia Mundurucu que residem na praia do índio área urbana localizada na estrada do BIS, esteve na Câmara pedindo apoio aos vereadores para que possam intervir junto a prefeita para que sejam feitos investimentos no local.

Começando seu discurso na língua Mundurucu e posteriormente traduzindo para o português, o cacique da aldeia Izaias Akai Munduruku relatou sobre o perigo que há na estrada com veículos em alta velocidade, quando eles transitam de bicicleta ou a pés principalmente as crianças que precisam ir para a escola.

Além de que temem ficar isolados com a proximidade do inverno já que o igarapé Bom Jardim pode alagar e romper a bueira. Isaías disse que precisam da atenção do poder publico municipal e caso não sejam, atendidos nas reivindicações poderão fazer movimento de protesto e interdição da estrada com apoio de índios das aldeias do Alto Tapajós.

Os vereadores prometeram formar uma comissão para reunir com o Secretário de infraestrutura e com a prefeita Eliene Nunes na busca de uma solução.

O vereador Peninha inclusive propôs que as empresas que usam com frequência a estrada do BIS também colaborem para que ali haja asfaltamento.

Índios ganham cisternas, mas não têm produção

SÍTIO BLOG DO MAGNO MARTINS, 12.11.2014



Programa Água para Todos na comunidade dos pankarás

Subir a serra de Arapuã, onde estão localizadas as aldeias dos índios pankarás, é uma aventura deslumbrante e sem riscos. Lá do seu alto, a vista alcança as cidades de Belém do São Francisco e Floresta, além de um braço do rio São Francisco. Mas o que era um oásis, formada pelas terras mais férteis da região, é página virada.

Maior produção da área, a mandioca foi devastada pela maior seca dos últimos 50 anos. Os índios não abandonaram suas terras porque não têm para onde ir, mas sobrevivem hoje dos programas sociais e de pequenas produções de frutas. Através do programa Água para todos, o Governo matou a sede dos índios instalando cisternas com capacidade para armazenar 16 mil litros de água.

“Foi a nossa salvação”, diz o índio Manoel Antônio de Sá, também ex-vereador por três mandatos e agora secretário-adjunto de Agricultura. É ele que leva as boas novas para a comunidade. Ontem, ciceroneando a reportagem, deu a notícia aos índios de que a Prefeitura iria fazer o calçamento de acesso à serra com a segunda etapa do FEM, o fundo estadual criado pelo ex-governador Eduardo Campos.

Em casa, ele tem uma eleitora fiel de Dilma, a esposa Izaldete Souza, da tribo Pankará. “Eu votei nela (Dilma) porque ela faz muito pelos pobres e também porque meus filhos me ligaram de São Paulo pedindo pra gente não deixar de ajudar a nossa presidente”, afirmou, reportando-se aos cinco herdeiros que deixaram a aldeia em busca do eldorado no Sudeste.

Enquanto preparava o almoço num fogão a lenha, dona Izaldete não parou de falar sobre Dilma e até fez uma provocação: “Vocês vieram aqui falar mal de Dilma? Aqui, a gente não aceita provocação”, afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

Carnaubeira da Penha tem fama também por outro motivo. É centro de produção de maconha. Só numa operação recente da Polícia Federal 15 mil pés da erva foram apreendidos numa área próxima à reserva dos índios Atikum. Isso bem antes da polícia estadual flagrar 146 toneladas prontas para o consumo. “Mas isso é página virada, a seca acabou também com todos os plantios de maconha”, atesta o vereador Henry Cândido, líder do Governo na Câmara.



MPF/MS vai investigar violência contra indígenas em Iguatemi

SÍTIO NOTÍCIAS JUSBRASIL, 12.11.2014

Um homem foi baleado na perna e crianças foram atingidas por spray de pimenta enquanto colhiam frutas

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) requisitou à Polícia Federal de Naviraí, na noite de domingo (9), a instauração de inquérito policial para apurar denúncia de violência contra indígenas da etnia guarani-kaiowá, na fazenda Cambará, em Iguatemi/MS, cidade que fica a 360 km de Campo Grande. Segundo informações preliminares, um índio teria sido baleado na perna e crianças que o acompanhavam agredidas com spray de pimenta, enquanto colhiam frutas nativas, no domingo. Há a possibilidade de que seguranças contratados por fazendeiros da região tenham cometido as agressões.

Na segunda (10), o delegado da Polícia Federal responsável dirigiu-se até o local com uma equipe e com servidores da Funai. A área está em processo de demarcação e cerca de 230 indígenas da comunidade Pyelito Kue ocupam a fazenda.

Suicídio coletivo

Em 2012, a comunidade Pyelito Kue ficou nacionalmente conhecida quando divulgou carta de repúdio à decisão judicial que determinou a reintegração de posse da área que ocupavam. À época, eles disseram que a determinação da Justiça levaria a um suicídio coletivo de toda a comunidade, já que a sobrevivência dos indígenas na região estaria inviabilizada.

A carta gerou comoção nacional e manifestações a favor da causa indígena em diversas capitais de todo o mundo. As redes sociais também foram utilizadas pela sociedade para manifestar apoio à comunidade.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.mp.br
PRMS-ascom@mpf.mp.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)

O dia da Consciência Negra no município de Anchieta dias 20 a 22

SÍTIO AQUIES, 12.11.2014



O município de Anchieta preparou uma vasta programação para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra. As atrações vão de quinta-feira, dia 20, até o dia 22, sábado. Toda a programação, que será aberta ao público, ocorrerá na sede de Anchieta e no interior, na comunidade de São Mateus.

No primeiro dia de evento será promovida a 2ª edição do Seminário Municipal referente à Consciência Negra, que este ano trará o tema 'O jongo como patrimônio cultural brasileiro'. A conferência acontecerá no Centro Cultural da cidade, das 13h00 às 18h00, e contará com palestras e rodas de jongo.

Já no dia 21, as atividades começam a partir das 18h00, com concentração em frente ao Centro Cultural, para a II Edição da Caminhada Noturna dos Quilombolas. O trajeto segue até a comunidade de São Mateus e, na chegada, os participantes poderão conferir shows musicais e apreciar as comidas típicas que serão vendidas pela própria comunidade.

O terceiro dia de programação terá a tradicional derrubada do mastro de São Benedito, em Itapeúna. A saída da caminhada em direção a comunidade, onde acontecerá a derrubada, será às 14h00, em São Mateus. No retorno, haverá o 7º Encontro de Jongo, com convidados de Anchieta, Alfredo Chaves e Guarapari. Após o encontro, shows e barracas típicas da comunidade.



Produtores de Chapada temem perder área produtiva para quilombolas

SÍTIO CENÁRIO MT, 12.11.2014

Representantes do Sindicato Rural de Chapada dos Guimarães e da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) participaram terça-feira (11/11) de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso para defender os produtores que possuem propriedades rurais em uma área que está sendo reivindicada como remanescente de quilombolas.

O processo de regularização fundiária e reconhecimento da área como remanescente de quilombolas foi aberto em 2005 no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas a área ainda não foi delimitada pelo instituto. Os quilombolas requereram o reconhecimento de uma área de aproximadamente 15 mil hectares à Fundação Cultural Palmares e aguardam a delimitação do território pelo Incra. Atualmente, a região possui mais de 20 produtores rurais que ocupam o local há décadas produzindo hortifrúti e gados de corte e de leite.

Segundo a presidente do Sindicato Rural de Chapada dos Guimarães, Deusimar Muniz Lima, a área é produtiva e não há registros de quilombolas na região. "Quilombo é uma área onde os escravos se refugiavam. Nesta área existiram descendentes de escravos, que vieram de senzalas e depois que acabou a escravidão eles passaram a viver livremente. Hoje as propriedades têm documentos, produção de pecuária de leite e de corte e horticultura. Isso é o que sustenta o município. Estamos preocupados com o destino da economia de Chapada", desabafou a presidente, acrescentado que o turismo não fomenta nem 5% da economia local.

Conforme Deusimar, o sindicato solicitou a árvore genealógica das pessoas que se dizem remanescentes de quilombos e, além disso, está fazendo um levantamento da quantidade de gados de corte e de leite e hortaliças produzidos na área, com o objetivo de provar que a região é produtiva.

O diretor de Relações Institucionais da Famato, Rogério Romanini, sugeriu aos produtores e às famílias que reivindicam o reconhecimento do quilombo Itambé para aguardarem o Incra iniciar os trabalhos do relatório técnico na comunidade. Outra proposta foi a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Federal e o Incra para que seja iniciado, o mais breve possível, os estudos de reconhecimento e delimitação da área reivindicada.

"A Famato, como entidade representativa da classe produtora rural, entende que é necessário estabelecer um diálogo entre os envolvidos para chegar a um consenso. É necessário um relatório que comprove se a área é território quilombola. Nossa sugestão é que iniciem os estudos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que é de responsabilidade do Incra", afirmou Romanini.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 204/ 2014

Brasília, 12 de novembro de 2014.

O Incra aguarda orçamento para seguir com os estudos necessários para a emissão do RTID. O coordenador do Serviço de Regularização e Territórios Quilombolas do Incra, Nelson Juvenal da Silva Filho, informou que desde 20 de novembro de 2013, por meio do decreto 4.887, o instituto passou a identificar, delimitar, reconhecer, fazer desapropriação e registro das terras pleiteadas por comunidades quilombolas. No caso da área Itambé, Silva informou que a comunidade ainda não possui o relatório técnico por ser um documento complexo, que exige um estudo mais aprofundado e uma equipe multidisciplinar.

“A Fundação Cultural Palmares emite a certidão de auto reconhecimento dos quilombolas. O Incra tem a competência de titular a comunidade e exige esta certidão. Assim que os estudos forem iniciados, envolveremos a participação da comunidade e de uma equipe técnica multidisciplinar. Somente assim o Incra terá condições de identificar e delimitar o perímetro da área”, explicou.